

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL



31/12/2023

GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS E
CAPITAL

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Rua João Bettega, 830 - Portão - CEP 81070-000 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (41) 3310-6000 **Fone Ouvidoria:** 0800 727 6363 **e-mail:** ouvidoria@credipar.com.br

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	2
2.1 GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL	3
2.1.1 MODELO DE TRÊS LINHAS DE DEFESA	4
2.1.2 GOVERNANÇA	6
3. ESCOPO DE RISCOS	12
3.1 Risco Operacional	13
3.2 Risco de Crédito	13
3.2 Risco de Liquidez	14
3.3 Risco Social	15
3.4 Risco Ambiental	16
3.5 Risco Climático	16
3.6 Demais Riscos	17
3.6.1 Risco de Mercado	17
3.6.2 Risco Legal	17
3.6.3 Risco de Reputação e Imagem	17
4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL	18
5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR_{S5})	18
5.1 RESUMO DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR _{S5})	19
6. DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO NA FORMA SIMPLIFICADA (RWA_{S5})	20
7. RESUMO DA AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO DO PR_{S5} PARA COBERTURA DE RISCOS E ÍNDICE DE BASILÉIA	20
8. RISCO DE CRÉDITO SIMPLIFICADO (RWA_{RCSIMP})	21
9. RISCO OPERACIONAL SIMPLIFICADO (RWA_{ROSIMP})	22
10. PROJEÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	23
11. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	25

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as informações da **Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (Credipar)**, referentes ao gerenciamento de riscos e capital, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5), à apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), sistemas de controles internos e estrutura de gerenciamento contínuo de riscos, de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, requeridas e disciplinadas pelas Resoluções CMN: **(i)** nº 4.606, de 19 de outubro de 2017; e **(ii)** nº 4.968, de 25 de novembro de 2021.

Na segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial (Resolução CMN nº 4.553/2017), a **Negresco S/A** é enquadrada no Segmento 5 (S5), sujeita, portanto, ao regime simplificado de gerenciamento contínuo de riscos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A **Negresco S/A**, tem sede social na cidade de Curitiba e unidades administrativas em Ponta Grossa e Maringá, Estado do Paraná. Pelo seu Estatuto Social e mediante deliberações da Diretoria, pode abrir filiais, unidades administrativas, sucursais ou representantes em qualquer parte do território nacional, obedecidas as respectivas normas legais e regulamentares em vigor.

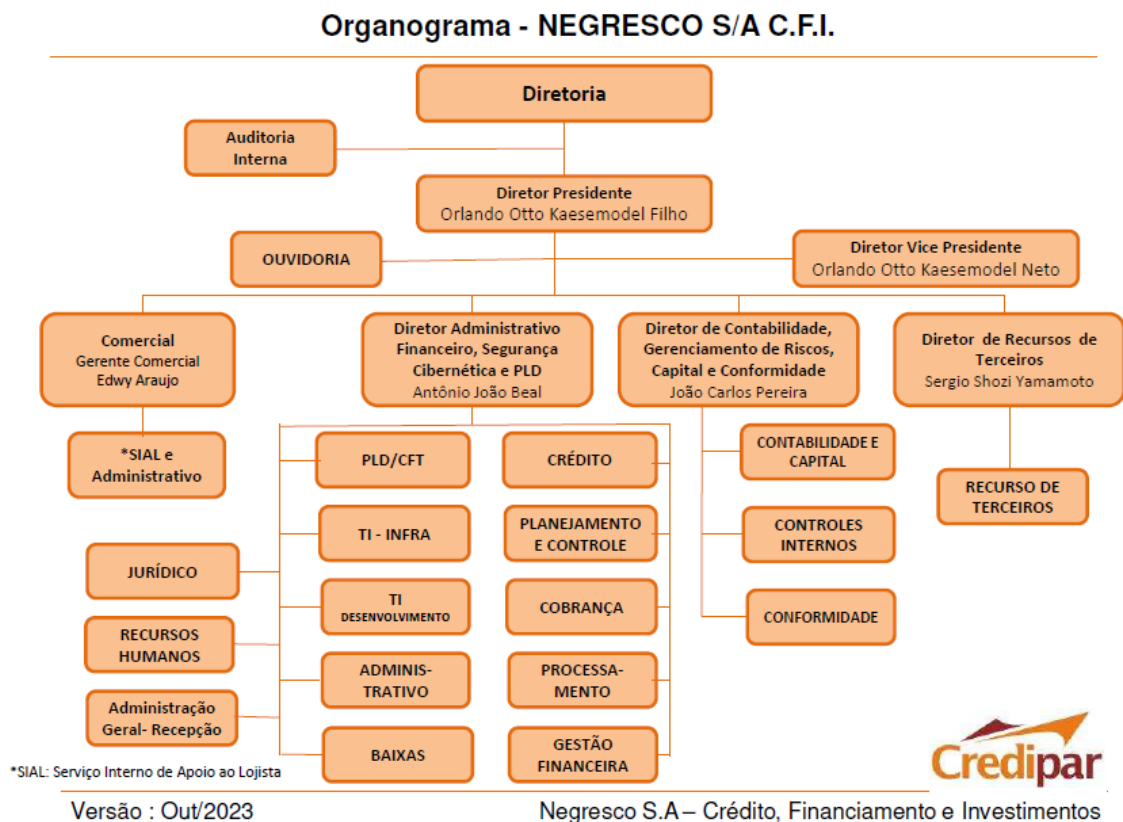
A estrutura organizacional é organizada e ajustada ao porte e compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações, características de seus produtos e serviços, atividades e processos, proporcional e adequada à dimensão, relevância, perfil e exposição de riscos segundo critérios definidos pela instituição.

As funções e atividades são segregadas, estruturadas, organizadas e coordenadas formando um conjunto ordenado de responsabilidades, autoridades, comunicações e decisões das unidades da empresa.

A Negresco S/A opera com as seguintes linhas de produtos:

- CDC - Crédito Direto ao Consumidor
- Empréstimo Pessoal
- Capital de Giro

A estrutura formal da Negresco S/A, disposta no organograma a seguir, apresenta a hierarquia, as unidades funcionais e as relações de comunicação e subordinação:



Há, portanto, uma efetiva segregação de atividades e funções e os órgãos são dispostos em níveis de atuação representando a hierarquia existente entre eles.

2.1 Gerenciamento de Risco e Capital

Em consonância com as Resoluções nº 4.606/2017 e nº 4.968/2021 do Conselho Monetário Nacional, reiteramos que a estrutura organizacional é organizada e ajustada ao porte e compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações, características de seus produtos e serviços, atividades e processos, proporcional e adequada à dimensão, relevância, perfil e exposição de riscos segundo critérios definidos pela instituição.

Já a partir de março de 2019, a **Negresco S/A** está enquadrada no Segmento 5 (S5), sujeita ao regime simplificado de gerenciamento contínuo de riscos e, sua estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, é adequada e está capacitada a monitorar, identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos a que está sujeita: **(i)** risco operacional; **(ii)** risco crédito; **(iii)** risco de liquidez; **(iv)** risco social; **(v)** risco ambiental; **(vi)** risco climático; e **(vii)** demais riscos a que esteja exposta de maneira relevante.

Deste modo, observada a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas, aliado à responsabilidade, ao respeito, a ética, ao comprometimento e ao cumprimento de leis e normativos, o modelo adotado pela Negresco S/A, na abordagem sistêmica de gerenciamento de riscos é o de **“Três Linhas de Defesa”** que visa, incluindo, mas não limitando, o monitoramento, a revisão, a segurança da informação, o controle da conformidade e do gerenciamento de risco, visando garantir que os sistemas de informações sejam eficientes, efetivos, confiáveis e seguros.

2.1.1 MODELO DE TRÊS LINHAS DE DEFESA

A premissa básica para garantir que os sistemas de informações estão adequados, regulares e em consonância com a legislação e normativos é de que os controles internos devem ser eficientes, efetivos, contínuos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pela Negresco S/A.

O modelo das Três Linhas de Defesa permite um maior engajamento entre as áreas melhorando a comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais de cada área e colaboradores. Propõe uma estrutura organizacional que integra e harmoniza processos e pessoas no sistema de conformidade no âmbito de gestão de riscos, atribuindo responsabilidades essenciais para cada um dos integrantes dessa estrutura.

Portanto, o ponto significativo neste modelo é a transparência sobre quais as responsabilidades de cada uma das partes interessadas na condução dos negócios e operação da instituição, de forma a organizar o processo para que não existam lacunas devido a não compreensão das reais responsabilidades de cada um no processo de governança.

A alta administração e os órgãos de governança têm, coletivamente, a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançar esses objetivos e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização desses objetivos.

O modelo de Três Linhas de Defesa diferencia três grupos (ou linhas) envolvidos no gerenciamento eficaz de riscos:

- Funções que gerenciam e têm propriedade sobre riscos
- Funções que supervisionam riscos.
- Funções que fornecem avaliações independentes

Representação Gráfica do Modelo das Três Linhas de Defesa



Fonte: Site IIA Brasil - <https://iiabrasil.org.br//noticia/novo-modelo-das-tres-linhas-do-ii-a-oferece-evolucao-tempestiva-de-uma-ferramenta-confiavel>

2.1.1.1 PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

Os gestores de cada área são a Primeira Linha de Defesa uma vez que a **gestão operacional** e os controles são desenvolvidos e exercidos como sistemas e processos sob suas orientações e supervisão. É de responsabilidade dos gestores identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos de cada processo, conduzindo o desenvolvimento

e aplicando as políticas e procedimentos internos para garantir que as atividades sejam realizadas, por meio dos empregados, de acordo com as metas e objetivos da Negresco S/A.

2.1.1.2 SEGUNDA LINHA DE DEFESA

A área de Controles Internos é responsável pelas atividades de **monitoramento, gerenciamento de riscos e conformidade** para as revisões em escopo que facilitam a implementação de práticas eficazes de gerenciamento por parte da gerência operacional e auxilia a definir a meta de exposição ao risco; reporte adequado das informações relacionadas, monitoramento dos riscos específicos; monitoramento da conformidade da Primeira Linha de Defesa em relação às normas internas (políticas, manuais e código de ética e conduta) e à execução de controles-chave.

2.1.1.3 TERCEIRA LINHA DE DEFESA

A **Auditoria Interna** é uma atividade destinada a observar, indagar, questionar, avaliar, checar e recomendar alterações e procedimentos. Trata-se de um controle administrativo, cuja função, em nível de independência e objetividade, avalia a eficiência e eficácia dos controles internos, reportando os resultados dos trabalhos diretamente à Diretoria.

Os auditores internos fornecem ao órgão de governança e à alta administração, avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. A auditoria interna provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle.

2.1.2 GOVERNANÇA

2.1.2.1 DIRETORIA DA INSTITUIÇÃO

A Diretoria da **Negresco S/A**, estruturada e composta por: **(i)** Diretor Presidente; **(ii)** Diretor Vice-Presidente; **(iii)** Diretor Administrativo, Financeiro, Segurança Cibernética e PLD; **(iv)** Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Conformidade; e **(v)** Diretor de Recursos de Terceiros, de forma colegiada, assumiu as atribuições e competências, para fins do gerenciamento de riscos, em consonância com o estabelecido nos artigos 29 e 30 da Resolução CMN nº 4.606/2017, com atribuições de:

- aprovar e revisar, com frequência mínima de dois anos, as políticas e estratégias de gerenciamento de riscos e assegurar sua observância pela instituição;
- assegurar a tempestiva correção das deficiências da estrutura simplificada de gerenciamento de riscos;
- autorizar, quando necessário, exceções às políticas e aos procedimentos estabelecidos;
- promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição;
- assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez;
- compreender de forma abrangente os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da instituição.

Na agenda de reuniões de Diretoria, sem limitar, são incluídas e apreciadas as análises e aprovações de documentos da governança de gerenciamento de riscos, capital e conformidade, o monitoramento de indicadores e o acompanhamento dos resultados obtidos com as revisões do ambiente de controles internos realizadas pela Segunda Linha de Defesa.

2.1.2.2 DIRETORES ELEITOS EM AGO – INDICAÇÃO E DESIGNAÇÃO JUNTO AO BANCO CENTRAL - UNICAD

Os diretores foram eleitos em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2022 e, o Banco Central do Brasil, através do Ofício 14698/2022-BCB/Deorf/GTPAL, de 18 de julho de 2022, homologou as indicações.

Em reunião de Diretoria ocorrida em 29 de julho de 2022, foi deliberado e aprovado, a respeito dos diretores, para convalidar, confirmar, designar, indicar e restabelecer a validade dos atos e decisões tomadas em reuniões de Diretoria que designaram e indicaram os Diretores responsáveis pelo atendimento, tratamento e cumprimento de legislação, norma ou conjunto de normas regulamentaras e jurídicas estabelecidas por órgãos reguladores e autoridades competentes, com indicação e designação da seguinte forma:

I) Diretor Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Filho, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 769.306-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 171.952.259-68, residente e domiciliado na Avenida Silva Jardim, nº 3.422, ap. 701, Bloco A, Bairro Água Verde, CEP 80.240-021, Curitiba, Paraná.

Indicação e Designação:

- Diretor Responsável pela Ouvidoria – Resolução CMN nº 4.860 – 23/20/2020.

II) Diretor Vice-Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº. 5.017.507-3 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.788.419-57, residente e domiciliado na Avenida Silva Jardim, nº 3.422, ap. 401, Bloco A, Bairro Água Verde, CEP 80.240-021, Curitiba, Paraná.

III) Diretor Administrativo Financeiro, Segurança Cibernética e PLD

Antônio João Beal, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 3.630.420-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 544.506.249-04, residente e domiciliado na Rua Dr. Alcides Vieira Arcoverde, nº 641, Bairro Guabirota, CEP 81.520-260, Curitiba, Paraná.

Indicações e Designações:

- Diretor Responsável pelas Contas de Depósitos – Resolução CMN 4.753 – 26/09/2019;
- Diretor Responsável pelas Operações de Empréstimo e Troca de Títulos – Resolução CMN nº 3.197 – 27/05/2004;
- Diretor Responsável pelas Consultas à Informações Relativas a Posições em Instrumentos Financeiros Derivativos – Resolução CMN nº 3.908 – 30/09/2010;
- Diretor Responsável pela Contratação de Correspondente no País – Resolução CMN nº 4.935 – 29/07/2021;
- Diretor Responsável pela Prevenção à Lavagem de Dinheiro – Circular BCB nº 3.978 – 23/01/2020;
- Diretor Responsável pelo Atendimento das Demandas Registradas no Sistema de Registro de Demandas do Cidadão (RDR) – Resolução BCB nº 222 – 30/03/2022;
- Diretor Responsável pelos Princípios e Procedimentos Adotados no Relacionamento com Clientes – Resolução CMN nº 4.949 – 30/09/2021;
- Diretor Responsável pelo Cumprimento dos Limites Máximos de Exposição por Cliente – Resolução CMN nº 4.677 – 31/07/2018;
- Diretor Responsável pela Política de Segurança Cibernética – Resolução CMN nº 4.893 – 26/02/2021;

- Diretor Responsável pela Remessa ao Banco Central do Brasil de Informações Relativas a Valores a Receber - SVR – Resolução BCB nº 98 – 1º/06/2021;
- Diretor Responsável pelo Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS – Resolução BCB 179 – 19/01/2022;
- Diretor Responsável por Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços (Princípios e Procedimentos) - Resolução CMN nº 4.949 – 30/09/2021;
- Diretor Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO – Data Protection Officer) – art. 41 da Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709 – 14/08/2018;

IV) Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Conformidade

João Carlos Pereira, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 3.132.858-6 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 402.241.559-20, residente e domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 416, ap. 502, Bairro Ahú, CEP 80.540-220, Curitiba, Paraná.

Indicações e Designações:

- Diretor Responsável pela Estrutura Simplificada de Gerenciamento de Riscos e de Capital – Resoluções CMN nº 4.557 – 23/02/2017 e nº 4.606 – 19/10/2017;
- Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Risco - CRO – Resolução CMN nº 4.557 – 23/02/2017;
- Diretor Responsável pelo Cumprimento da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) – Resolução CMN 4.945 – 15/09/2021 e Resolução CMN nº 4.327 – 25/04/2014 (Responsabilidade Socioambiental);
- Diretor Responsável pela Apuração dos Limites e Padrões Mínimos – Resolução BCB 69 – 10/02/2021;
- Diretor Responsável pelo Sistema de Informações de Crédito - SCR – Circular BCB nº 3.870 – 19/12/2017;
- Diretor Responsável pelo Fornecimento de Informações Previstas em Normas Legais e Regulamentares – Circular BCB nº 3504 – 06/08/2010;
- Diretor Responsável pela Contabilidade – Resolução CMN nº 4.924 – 24/06/2021 e Resolução BCB nº 120 – 27/07/2021;
- Diretor Responsável pela Atualização das Informações Cadastrais Constantes no Sistema UNICAD – Resolução BCB nº 209 – 22/03/2022;
- Diretor Responsável pelo Cumprimento da Resolução CMN nº 4.957 de 21/10/2021, que estabelece limite máximo para aplicação de recursos no Ativo Permanente;

V) Diretor de Recursos de Terceiros

Sergio Shoji Yamamoto, brasileiro, solteiro, contador, portador da carteira de identidade RG nº 821.922 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 080.605.689-49, residente e domiciliado na Rua Pará, nº 1.801, ap. 14, Bairro Portão, CEP 80.610-020, Curitiba, Paraná.

Indicações e Designações:

- Diretor Responsável por Gestão de Recursos de Terceiros – Resolução CMN nº 2451 – 27/11/1997
- Diretor Responsável por Recursos de Terceiros – Resolução CMN nº 2486 – 30/04/1998

2.1.2.3 DIRETOR DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, CAPITAL E CONFORMIDADE

Conforme estabelecido no art. 28 da Resolução CMN nº 4.606/2017, as instituições devem designar perante o Banco Central do Brasil, Diretor responsável pela estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de janeiro de 2021, registrada na JUCEPAR em 11 de fevereiro de 2021, foi indicado e eleito o Sr. João Carlos Pereira como Diretor.

Com efeito, o Banco Central do Brasil, através do Ofício nº 2.854/2021-BCB/Deorf/GTPAL (Processo 0000185880) comunicou que, por despacho de 29 de janeiro de 2021, homologou e aprovou a eleição do Sr. João Carlos Pereira como membro da Diretoria.

Em decorrência, na Assembleia de Diretoria ocorrida em 02 de fevereiro de 2021, cuja Ata foi registrada na JUCEPAR em 26 de fevereiro de 2021, o Sr. João Carlos Pereira foi eleito Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Conformidade.

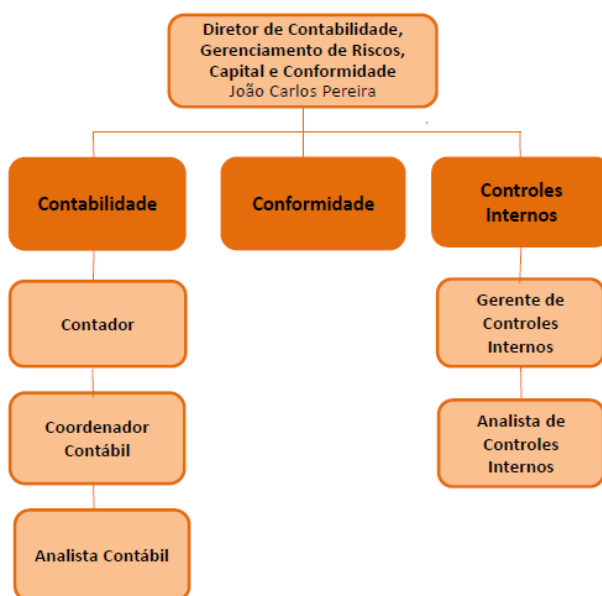
Assim, conforme disciplinado no parágrafo 1º do artigo 28 da Resolução CMN 4.606/2017, compete ao Diretor responsável pela estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos:

- supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura simplificada de gerenciamento de riscos e garantir seu aperfeiçoamento;
- subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos;

- supervisionar os processos e controles relativos à apuração do montante RWAS5 e ao requerimento mínimo de PRS5;
- responsabilizar-se pelo cumprimento do disposto na Resolução nº 4.677, de 31 de julho de 2018, que estabelece limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas.

2.1.2.4 ORGANOGRAMA DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, CAPITAL E CONFORMIDADE

Organograma Diretoria de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Conformidade



3. ESCOPO DE RISCOS

A diretoria da **Negresco S/A** considera que seus processos e estrutura de gestão e avaliação de riscos são compatíveis com o porte, com o modelo de negócio, com a natureza das operações, produtos, serviços e atividades. Além disso, adequados ao perfil de riscos e proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos da instituição.

Todas as ações integradas e coordenadas de controles internos visam resguardar e assegurar a compreensão apropriada e o alcance das metas e objetivos estabelecidos pela instituição. A estratégia de negócios, o desempenho operacional e sistêmico, a confiabilidade das informações e o cumprimento regular das políticas, são responsabilidades de gestores e colaboradores, sendo o seu cumprimento e implementação compromisso de todos.

A identificação de riscos da Instituição faz parte do dia a dia de todos os empregados e está relacionada aos produtos, operações, processos, atividades e às características próprias e inerentes do ramo de negócio e atuação.

Destaque-se, reiterando, que a **Negresco S/A**, está enquadrada no Segmento 5 (S5), sujeita, portanto, ao regime simplificado de gerenciamento contínuo de riscos e, sua estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, é adequada e capacitada a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar, sem limitar, os seguintes riscos (artigo 20 da Resolução CMN nº 4.606/2017):

- (i) risco operacional;
- (ii) risco de crédito;
- (iii) risco de liquidez;
- (iv) risco social;
- (v) risco ambiental;
- (vi) risco climático; e
- (vii) demais riscos a que esteja exposta de maneira relevante.

Por oportuno, cumpre-nos mencionar que em 15 de setembro de 2021 o Conselho Monetário Nacional editou e o Banco Central do Brasil tornou públicas as Resoluções CMN: (i) nº 4.944 que “alterou a Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, a qual dispõe sobre a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), os requisitos para opção por essa metodologia e os requisitos adicionais para a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos; e (ii) nº 4.945 que “dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade”.

Com efeito, para as instituições enquadradas no Segmento S5, o disposto nas mencionadas resoluções, começou a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2022.

Assim, e deste modo, enquanto não aplicável, a Negresco S/A, observou e atendeu ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014 e Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, relativamente ao risco Socioambiental.

Em decorrência do exposto, portanto, já a partir de 1º de dezembro de 2022, os tipos de riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da **Negresco S/A**, compreendem:

3.1 Risco Operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Na definição acima, inclui-se, também, o risco legal, associado a eventual inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, possíveis sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela **Negresco S/A**.

Entre os eventos de risco operacional incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

O limite de apetite para cada categoria do risco operacional foi estabelecido e aprovado por meio da RAS - Declaração de Apetite por Riscos que é periodicamente monitorada pela Diretoria.

3.2 Risco de Crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Negresco S/A mantém manuais e políticas de crédito que estabelecem diretrizes e padrões a serem observados e atendidos no processo de concessão e gestão de crédito.

O gerenciamento de risco de crédito é um processo contínuo de controle em todas as etapas, desde o início da análise, concessão e liquidação.

Não há exposição ao risco de crédito decorrentes de títulos e valores mobiliários, nem de instrumentos financeiros derivativos, nem, tampouco, de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras.

A **Negresco S/A** dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

O limite de apetite para o risco de crédito foi estabelecido e aprovado por meio da RAS - Declaração de Apetite por Riscos e tem monitoramento e acompanhamento periódico pela Diretoria.

Além disso, a **Negresco S/A** mantém níveis de provisionamento adequados e em linha com o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

3.2 Risco de Liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento de risco de liquidez tem por objetivo acompanhar e controlar os possíveis e diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos, obrigações e dos instrumentos financeiros necessários e utilizados na gestão das operações. Por assim ser, o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, do cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingências é diário.

A política de gerenciamento de risco e capital estabelecida pela **Negresco S/A**, tem por objetivo as diretrizes, governança e responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento dos riscos de liquidez e capital, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos e a adequação do capital para fazer face às obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras inerentes e próprias das operações e negócios.

A Gestão de Risco de liquidez e de Capital é fundamental para a continuidade e suficiência de recursos da Instituição, uma vez que a falta ou insuficiência de liquidez e/ou de capital podem causar efeitos negativos em sua capacidade operacional.

A Área Financeira da **Negresco S/A** tem atuação conservadora e está comprometida em manter uma gestão prudente, e responsável pela administração de fluxo de caixa, equilíbrio financeiro entre ativos e passivos, gerenciamento da liquidez, monitorando eventuais situações de excedente de caixa.

Para o gerenciamento de risco de liquidez e capital a instituição definiu e estabeleceu, na política, as seguintes diretrizes:

- manutenção de perfil de captação de recursos adequado às necessidades de liquidez esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de exposições evidenciadas em notas explicativas em balanço patrimonial e eventualmente não contabilizadas.
- manutenção de estoque adequado de ativos líquidos no Caixa e em CDI Over, aplicações de liquidez imediata, que possam ser prontamente convertidos em caixa para suprir e honrar compromissos e obrigações;
- avaliação das necessidades de liquidez esperadas e inesperadas, correntes e futuras, no horizonte de 90 (noventa) dias;
- monitoramento contínuo dos níveis de capital e de liquidez;
- revisão constante das políticas de capital;
- definição de diretrizes para enfrentar situações de escassez de ativos líquidos, indicando as responsabilidades, as estratégias, os procedimentos e as fontes alternativas de recursos para honrar as obrigações da instituição;
- Na gestão de seu risco de liquidez a Negresco S/A mantém disponibilidades mínimas equivalentes ao desembolso previsto para os 30 (trinta) dias seguintes, disponíveis e suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse.
- O monitoramento do nível de liquidez considera todas as operações praticadas nos mercados financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas.

3.3 Risco Social

Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum, como por exemplos: assédio, discriminação, preconceito, trabalho em condições análogas à escravidão, exploração irregular do trabalho infantil, não observância da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo saúde e segurança do trabalho, tratamento irregular de dados pessoais.

3.4 Risco Ambiental

O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição, ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

3.5 Risco Climático

Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e

risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Negresco S/A no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias de suas atividades, estabeleceu critérios e mecanismos de avaliação e formalização de suas operações, para minimizar e evitar qualquer situação, ocorrência ou evento com potenciais perdas para a instituição, decorrentes de riscos sociais, ambientais e climáticos.

Presente na sociedade honrando seus compromissos, respeitando seus funcionários, os organismos reguladores e governamentais, e a comunidade em que está inserida, adota e preserva o respeito, a proteção e a promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesses comuns.

Os princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climático, nos negócios e nas relações com partes interessadas, estão definidos na “Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática”, estabelecida, aprovada e implementada pela Negresco S/A, em consonância com as diretrizes disciplinadas na Resolução CMN nº 4.945/2021.

3.6 Demais Riscos

3.6.1 Risco de Mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

A **Negresco S/A** não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

3.6.2 Risco Legal

O risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição, conforme disciplina o parágrafo 1º do art. 22 da Resolução CMN 4.606/2017, se inclui como risco operacional.

A área jurídica da **Negresco S/A** é a responsável pela avaliação de possíveis ocorrências desta natureza. As análises, questionamentos e acompanhamentos se concentram na execução e formalização de contratos, processos judiciais ou decisões/sentenças contrárias ou adversas que possam causar perdas ou perturbações significativas e negativas nos processos operacionais e para a Instituição.

3.6.3 Risco de Reputação e Imagem

A **Negresco S/A** realiza um contínuo acompanhamento e supervisão de possíveis divulgações, matérias, publicidades ou imagens negativas em relação à prática da condução dos negócios da Instituição que, de alguma forma, possam gerar, declínio na base de clientes, litígios ou diminuição da receita, incluindo e não limitando, reflexos que possam decorrer de suspeita ou indícios de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo ou de práticas abusivas.

4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, contemplando: (i) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais está sujeita; e (ii) planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A **Negresco S/A** mantém um patamar superior ao requerido de capital mínimo regulatório. O gerenciamento de capital é realizado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica da posição de capital pela área de Gerenciamento de Riscos e Capital.

Adicionalmente, para fins de visão prospectiva e gerenciamento de capital, a instituição possui um planejamento de capital preparado para um cenário de três anos, adotando como base, as informações de orçamento para o mesmo período. O orçamento esboçado para três anos além de suportar as projeções de capital regulatório, também busca trazer previsibilidade de oportunidades de negócios, perdas e situações de estresse para o negócio, além do atendimento às exigências regulatórias.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR_{S5})

A **Negresco S/A** realiza o monitoramento da adequação do capital e do uso de capital regulatório por meio das orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, para fins de supervisão.

Índice de Basileia é um conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda uma relação mínima entre o Capital Base (Patrimônio de Referência – PR) e os riscos ponderados conforme a regulamentação em vigor (Patrimônio Líquido Exigido – PLE).

Tem como objetivo criar exigências mínimas de capital, que devem ser respeitadas pelas instituições financeiras, como precaução contra riscos de crédito, operacional e mercado.

Este índice, mede a solvência da instituição financeira, expressando a relação entre os capitais próprios e os capitais de terceiros, exigindo, desta forma, um capital mínimo regulatório para que a instituição mantenha sua liquidez.

A **Negresco S/A**, por atender aos requisitos e exigências normativas – Resoluções CMN nº 4.553/2017 e nº 4.606/2017 – está enquadrada no Segmento 5 (S5) e, em atenção aos artigos 12 e 13 desta segunda Resolução, deve manter, permanentemente, montante de “patrimônio de referência – PRS5”, em valor superior ao requerimento mínimo estabelecido.

Atualmente o requerimento mínimo de PRS5, exigido para a Negresco S/A, enquadrada na metodologia simplificada, corresponde a:

➤ **17% (dezesete por cento) do montante RWAs5;**

15% (quinze por cento) no período de 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021;

15,5% (quinze inteiros e cinco décimos por cento) no período de 1º de maio de 2021 a 31 de outubro de 2021;

16,25% (dezesesseis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) no período de 1º de novembro de 2021 a 30 de abril de 2022.

A seguir, quadro resumo da composição do Patrimônio de Referência Simplificado – PRS5 (real para os semestres findos 2022 e 2023 e projetado para os três semestres seguintes):

5.1 Resumo da composição do Patrimônio de Referência (PR_{S5})

(R\$ mil)	Real		Projetado		
	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26
Nome da conta					
Capital Social	54.359	54.359	54.359	54.359	54.359
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	26.489	39.100	37.240	38.980	41.172
Sobras ou Lucros Acumulados	0	0	0	0	0
Ativos Intangíveis	-32	-13	-13	-13	-13
Créditos Tributários de Diferença Temporária	-1.195	-1.334	-1.334	-1.334	-1.334
Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5})	79.621	92.111	90.252	91.991	94.183

6. DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO NA FORMA SIMPLIFICADA (RWA_{S5})

A seguir, a composição total do RWA_{S5} (ativos ponderados pelo risco na forma simplificada) segregado em risco de crédito e operacional de que tratam as circulares 3.861/2017, 3.862/2017 e 3.863/2017.

(R\$ mil)	Real		Projetado		
	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26
Fatores de ponderação de exposições - FRP					
20%	40	75	75	75	75
50%	5.600	16.979	14.647	18.568	18.568
75%	155.266	170.419	190.219	201.602	201.602
100%	10.681	8.933	8.933	8.933	8.933
Total Risco de crédito simplificado (RWA_{RCSIMP})	171.586	196.406	213.874	229.178	229.178
Risco operacional simplificado (RWA_{ROSIMP})	45.711	46.120	49.857	55.229	60.002
Total (RWA_{S5})	217.297	242.526	263.731	284.407	289.181

7. RESUMO DA AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO DO PR_{S5} PARA COBERTURA DE RISCOS E ÍNDICE DE BASILÉIA

O quadro a seguir apresenta o resumo da avaliação de suficiência e adequação do PR_{S5} para cobertura de riscos para assegurar capital suficiente e atender aos requerimentos regulatórios.

(R\$ mil)	Real		Projetado		
	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26
Item					
Patrimônio de referência simplificado (PR_{S5})	79.621	92.111	90.252	91.991	94.183
RWA_{S5}	217.297	242.526	263.731	284.407	289.181
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA (17% do RWA_{S5})	32.595	36.379	39.560	42.661	43.377
Margem do Patrimônio de referência mínimo requerido	47.026	55.732	50.692	49.330	50.806
Índice de Basiléia	36,64%	37,98%	34,22%	32,34%	32,57%

* *Percentual: A instituição enquadrada no segmento S5 deve manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}) e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE) de 17%, até 30 de abril de 2020, de 15%, de 1º de maio de 2020 à*

30 de abril de 2021, de 15,5%, de 1º de maio de 2021 à 31 de outubro de 2021, e de 16,25%, de 1º de novembro de 2021 à 30 de abril de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.606/2017.

A partir de 1º maio de 2022 - 17% (dezessete por cento) do montante RWAS5;

O índice de Basileia objetiva mensurar o quanto a instituição está alavancada considerando a exposição ponderada pelo risco, que é calculado pela razão:

$$IB = PR_{S5}/RWA_{S5}$$

8. RISCO DE CRÉDITO SIMPLIFICADO (RWA_{RCSIMP})

Detalhamento de informações relativas ao risco de crédito simplificado.

(R\$ mil)	Real		Projetado		
	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26
Nome da conta					
Depósitos bancários em moeda nacional	40	75	75	75	75
Depósitos interfinanceiros	5.453	16.886	14.554	18.475	18.475
Operações de crédito	155.266	170.419	190.219	201.602	201.602
Devedores por depósito em garantia - interposição de recursos fiscais e trabalhistas	148	94	94	94	94
Demais direitos	3.360	2.797	2.797	2.797	2.797
Outros valores e bens	161	135	135	135	135
Imobilizado de uso	345	258	258	258	258
Ativo intangível	32	13	13	13	13
Créditos tributários	8.004	7.077	7.077	7.077	7.077
Ativos intangíveis deduzidos do PR	-32	-13	-13	-13	-13
Créditos tributários	-1.195	-1.334	-1.334	-1.334	-1.334
Risco de crédito simplificado (RWA_{RCSIMP})	171.581	196.406	213.874	229.178	229.178

9. RISCO OPERACIONAL SIMPLIFICADO (RWA_{ROSIMP})

Detalhamento de informações relativas ao risco operacional simplificado.

		RWAROSimp 31/12/2022 - Real					
COSIF	DESCRIÇÃO	T-3		T-2		T-1	
		31/12/2019	30/06/2020	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2021	30/06/2022
7.1.1.00.00-1	Rendas de operações de crédito	85.425	76.120	70.871	72.599	73.116	73.235
7.1.4.00.00-0	Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	723	335	336	381	854	1.217
7.1.9.15.00-7	Rendas de venda ou transferência de ativos financeiros	0	0	0	1.283	1	0
8.1.1.00.00-8	Despesas de captação	-4.781	-2.930	-1.831	-2.106	-4.076	-7.676
8.1.7.54.00-7	Despesas de serviços do sistema financeiro	1.216	1.209	1.242	1.244	1.351	1.325
8.1.7.63.00-5	Despesas de serviços técnicos especializados	5.714	5.341	6.430	5.782	6.509	7.014
8.1.8.40.10-0	Contingências	706	519	422	329	599	301
8.1.9.52.00-5	Despesa de descontos concedidos em renegociação	-3.504	-2.006	-2.542	-2.018	-2.312	-2.700
8.1.9.99.00-6	Outras despesas operacionais	325	64	152	148	177	111
	Total por período (T)	164.476		152.723		149.048	
	Total por período (T) multiplicado por 5% (a x 5%)	8.224		7.636		7.452	
	Total por período (T) multiplicado por 5% dividido por 3 (b / 3)	7.771					
	RWAROSimp (c / 17%)	45.711					

		RWAROSimp 31/12/2023 - Real					
COSIF	DESCRIÇÃO	T-3		T-2		T-1	
		31/12/2020	30/06/2021	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2022	30/06/2023
7.1.1.00.00-1	Rendas de operações de crédito	70.871	72.599	73.116	73.235	83.737	89.631
7.1.4.00.00-0	Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	336	381	854	1.217	950	1.076
7.1.9.15.00-7	Rendas de venda ou transferência de ativos financeiros	0	1.283	1	0	0	9
8.1.1.00.00-8	Despesas de captação	-1.831	-2.106	-4.076	-7.676	-9.993	-11.216
8.1.7.54.00-7	Despesas de serviços do sistema financeiro	1.242	1.244	1.351	1.325	1.431	1.581
8.1.7.63.00-5	Despesas de serviços técnicos especializados	6.430	5.782	6.509	7.014	7.562	8.624
8.1.8.40.10-0	Contingências	422	329	599	301	253	839
8.1.9.52.00-5	Despesa de descontos concedidos em renegociação	-2.542	-2.018	-2.312	-2.700	-2.603	-3.426
8.1.9.99.00-6	Outras despesas operacionais	152	148	177	111	108	93
	Total por período (T)	152.723		149.048		168.657	
	Total por período (T) multiplicado por 5% (a x 5%)	7.636		7.452		8.433	
	Total por período (T) multiplicado por 5% dividido por 3 (b / 3)	7.840					
	RWAROSimp (c / 17%)	46.120					

		RWAROSimp 31/12/2024 - Projetado					
COSIF	DESCRIÇÃO	T-3		T-2		T-1	
		31/12/2021	30/06/2022	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2023	30/06/2024
7.1.1.00.00-1	Rendas de operações de crédito	73.116	73.235	83.737	89.631	95.754	98.832
7.1.4.00.00-0	Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	854	1.217	950	1.076	2.212	1.602
7.1.9.15.00-7	Rendas de venda ou transferência de ativos financeiros	1	0	0	9	16	0
8.1.1.00.00-8	Despesas de captação	-4.076	-7.676	-9.993	-11.216	-11.467	-11.020
8.1.7.54.00-7	Despesas de serviços do sistema financeiro	1.351	1.325	1.431	1.581	1.683	1.556
8.1.7.63.00-5	Despesas de serviços técnicos especializados	6.509	7.014	7.562	8.624	10.115	9.762
8.1.8.40.10-0	Contingências	599	301	253	839	608	0
8.1.9.52.00-5	Despesa de descontos concedidos em renegociação	-2.312	-2.700	-2.603	-3.426	-4.560	-4.633
8.1.9.99.00-6	Outras despesas operacionais	177	111	108	93	132	240
	Total por período (T)	149.048		168.657		190.833	
	Total por período (T) multiplicado por 5% (a x 5%)	7.452		8.433		9.542	
	Total por período (T) multiplicado por 5% dividido por 3 (b / 3)	8.476					
	RWAROSimp (c / 17%)	49.857					

RWAROSimp 31/12/2025 - Projetado							
COSIF	DESCRIÇÃO	T-3		T-2		T-1	
		31/12/2022	30/06/2023	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2024	30/06/2025
7.1.1.00.00-1	Rendas de operações de crédito	83.737	89.631	95.754	98.832	102.952	104.185
7.1.4.00.00-0	Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	950	1.076	2.212	1.602	1.447	1.189
7.1.9.15.00-7	Rendas de venda ou transferência de ativos financeiros	0	9	16	0	0	0
8.1.1.00.00-8	Despesas de captação	-9.993	-11.216	-11.467	-11.020	-10.294	-10.317
8.1.7.54.00-7	Despesas de serviços do sistema financeiro	1.431	1.581	1.683	1.556	1.717	1.715
8.1.7.63.00-5	Despesas de serviços técnicos especializados	7.562	8.624	10.115	9.762	10.157	10.716
8.1.8.40.10-0	Contingências	253	839	608	0	0	0
8.1.9.52.00-5	Despesa de descontos concedidos em renegociação	-2.603	-3.426	-4.560	-4.633	-5.042	-5.064
8.1.9.99.00-6	Outras despesas operacionais	108	93	132	240	242	243
	Total por período (T)	168.657		190.833		203.845	
	Total por período (T) multiplicado por 5% (a x 5%)	8.433		9.542		10.192	
	Total por período (T) multiplicado por 5% dividido por 3 (b / 3)	9.389					
	RWAROSimp (c / 17%)	55.229					

RWAROSimp 31/12/2026 - Projetado							
COSIF	DESCRIÇÃO	T-3		T-2		T-1	
		31/12/2023	30/06/2024	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2025	30/06/2026
7.1.1.00.00-1	Rendas de operações de crédito	95.754	98.832	102.952	104.185	107.987	111.110
7.1.4.00.00-0	Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.212	1.602	1.447	1.189	1.486	1.661
7.1.9.15.00-7	Rendas de venda ou transferência de ativos financeiros	16	0	0	0	0	0
8.1.1.00.00-8	Despesas de captação	-11.467	-11.020	-10.294	-10.317	-9.661	-10.546
8.1.7.54.00-7	Despesas de serviços do sistema financeiro	1.683	1.556	1.717	1.715	1.813	1.807
8.1.7.63.00-5	Despesas de serviços técnicos especializados	10.115	9.762	10.157	10.716	10.820	10.767
8.1.8.40.10-0	Contingências	608	0	0	0	0	0
8.1.9.52.00-5	Despesa de descontos concedidos em renegociação	-4.560	-4.633	-5.042	-5.064	-5.143	-5.244
8.1.9.99.00-6	Outras despesas operacionais	132	240	242	243	244	246
	Total por período (T)	190.833		203.845		217.347	
	Total por período (T) multiplicado por 5% (a x 5%)	9.542		10.192		10.867	
	Total por período (T) multiplicado por 5% dividido por 3 (b / 3)	10.200					
	RWAROSimp (c / 17%)	60.002					

10. PROJEÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Tabela 1a – Balanço e Tabela 1b- DRE de que trata a Instrução Normativa BCB nº 322 de 11 de novembro de 2022.

Tabela 1a – Balanço – Cenário de Normalidade – (Valores em Reais)

BALANÇO	Real		Projetado		
	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26
ATIVO (A)+(B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)+(H)	230.329.511,85	271.841.790,25	292.925.425,56	315.944.884,19	315.944.884,19
(A) Disponibilidades	200.283,40	377.640,95	377.151,21	377.151,21	377.151,21
(B) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.905.524,77	33.771.719,98	29.107.217,17	36.949.165,58	36.949.165,58
(C) Compulsório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(D) Títulos e Valores Mobiliários (d1)+(d2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(d1) Total em Reais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(d2) Sujeitos à Variação Cambial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(E) Crédito (e1)+(e2)+(e3)	207.021.005,29	227.224.822,89	253.625.299,26	268.802.809,49	268.802.809,49
(e1) Total em Reais (e10)+(e20)+(e30)	260.687.238,50	282.091.587,79	317.038.449,43	337.585.015,89	337.585.015,89
(e10) Pessoa Física (e100)+(e200)+(e300)+(e400)+(e500)	260.405.778,60	282.091.587,79	316.696.148,02	337.220.530,68	337.220.530,68
(e100) Consignado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e200) Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e300) Habitacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e400) Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e500) Outros PF	260.405.778,60	282.091.587,79	316.696.148,02	337.220.530,68	337.220.530,68
(e20) Pessoa Jurídica (e600)+(e700)+(e800)+(e900)+(e1000)	281.459,90	0,00	342.301,41	364.485,22	364.485,22
(e600) Empresas Micro e Pequenas	281.459,90	0,00	342.301,41	364.485,22	364.485,22
(e700) Empresas Médias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e800) Empresas Grandes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e900) Imobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e1000) Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e30) Governo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e2) Sujeitos à Variação Cambial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e3) Provisões (-)	-53.666.233,21	-54.866.764,90	-63.413.150,18	-68.782.206,41	-68.782.206,41
(F) Créditos Tributários (f1)+(f2)+(f3)+(f4)	8.003.564,25	7.077.277,56	7.077.277,56	7.077.277,56	7.077.277,56
(f1) Diferença Temporária PCLD	6.809.005,66	5.742.812,77	5.742.812,77	5.742.812,77	5.742.812,77
(f2) Diferença Temporária MIM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(f3) Outros de Diferença Temporária	1.194.558,59	1.334.464,79	1.334.464,79	1.334.464,79	1.334.464,79
(f4) Prejuízo Fiscal e Base Negativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(G) Permanente (g1)+(g2)+(g3)	382.644,39	271.650,85	271.650,85	271.650,85	271.650,85
(g1) Investimentos	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(g2) Intangível	32.257,29	13.205,29	13.205,29	13.205,29	13.205,29
(g3) Outros	345.387,10	258.445,56	258.445,56	258.445,56	258.445,56
(H) Outros Ativos	3.816.489,75	3.118.678,02	2.466.829,51	2.466.829,51	2.466.829,51
PASSIVO (I)+(J)+(K)+(L)	-230.329.511,85	-271.841.790,25	-292.925.425,56	-315.944.884,19	-315.944.884,19
(I) Depósitos (i1)+(i2)+(i3)+(i4)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(i1) à Vista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(i2) a Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(i3) Poupança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(i4) Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(J) Captações (j1)+(j2)+(j3)	-137.913.266,26	-163.735.980,85	-177.445.933,79	-194.535.082,33	-194.535.082,33
(j1) Operações Compromissadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(j2) Outras Captações em Reais (j10) + (j20)+(j30)+(j40)	-137.913.266,26	-163.735.980,85	-177.445.933,79	-194.535.082,33	-194.535.082,33
(j10) Letras, Aceites Cambiais e Similares	-137.913.266,26	-163.735.980,85	-177.445.933,79	-194.535.082,33	-194.535.082,33
(j20) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(j30) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(j40) Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(j3) Outras Captações sujeitas à variação cambial (j50) + (j60)+(j70)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(j50) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível II	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(j60) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(j70) Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(K) Outros Passivos	-11.568.411,18	-14.646.876,75	-23.880.146,38	-28.070.833,08	-25.878.659,85
(L) PL (l1)+(l2)+(l3)+(l4)	-80.847.834,41	-93.458.932,65	-91.599.345,38	-93.338.968,77	-95.531.142,01
(l1) Capital Social	-54.359.021,00	-54.359.021,00	-54.359.021,00	-54.359.021,00	-54.359.021,00
(l2) Reserva de Lucros	-26.488.813,41	-39.099.911,65	-37.240.324,38	-38.979.947,77	-41.172.121,01
(l3) Ajustes dos Títulos Disponíveis para Venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(l4) Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 1b- DRE – Demonstrações de Resultados – Cenário de Normalidade – (Valores em Reais)

DRE - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Real		Projetado		
	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26
(A) Resultado da Intermediação Financeira (a1)+(a2)	42.208.295,97	57.166.406,80	58.496.168,12	62.015.071,76	64.927.182,18
(a1) Resultado de Juros (a10)+(a20)	42.208.295,97	57.166.406,80	58.496.168,12	62.015.071,76	64.927.182,18
(a10) Resultado Bruto de Juros (a100)+(a200)+(a300)+(a400)+(a500)	80.528.580,14	96.033.696,68	103.153.962,67	110.143.489,54	115.961.535,48
(a100) Receita de Juros de Crédito (exceto variação cambial)	89.450.419,51	105.152.009,17	111.827.453,24	118.144.893,50	124.692.994,13
(a200) Receita de Juros de Títulos, Compulsório, Disponibilidades e Aplic. Interf. Liquidez (exceto variação cambial)	949.662,97	2.212.403,40	1.446.789,47	1.486.068,13	2.460.301,18
(a300) Outras Receitas de Juros (exceto variação cambial)	121.501,48	136.202,11	174.000,00	174.000,00	174.000,00
(a400) Despesas de Juros (exceto variação cambial)	-9.993.003,82	-11.466.918,00	-10.294.280,04	-9.661.472,09	-11.365.759,83
(a500) Resultado da Variação Cambial de Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(a20) Resultado Líquido de Provisão para Créditos de Dificil Liquidação	-38.320.284,17	-38.867.289,88	-44.657.794,55	-48.128.417,78	-51.034.353,30
(a2) Resultado de Não-Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(B) Resultado de Participação Societária (b1)+(b2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(b1) Resultado de Participação Societária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(b2) Resultado de Variação Cambial de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(C) Receitas de Serviços	2.404.917,52	2.866.242,76	3.074.693,65	3.177.318,37	3.283.973,78
(D) Despesas Administrativas	-30.526.706,50	-34.228.135,51	-37.895.915,94	-39.786.434,01	-41.175.095,90
(E) Despesas Tributárias	-3.838.990,24	-4.430.790,28	-4.800.288,45	-5.082.617,53	-5.320.917,92
(F) Outros Resultados Operacionais de Não Intermediação	1.249.499,83	1.090.435,23	1.090.435,23	1.090.435,23	1.090.435,23
(G) Resultado Não Operacional	200,00	-972,50	0,00	0,00	0,00
(H) Imposto de Renda e Contribuição Social	-2.573.205,14	-6.549.386,44	-5.836.217,12	-6.736.322,64	-7.274.971,78
Lucro Líquido (A)+(B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)+(H)	8.924.011,44	15.913.800,06	14.128.875,49	14.677.451,19	15.530.605,59
ROE (%) a.a.	11,04	17,03	15,42	15,72	16,26
Custo de Capital Próprio (%) a.a.					
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Distribuídos	18.252.717,12	10.437.084,60	20.028.200,34	13.559.575,64	14.156.867,23

11. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A Negresco S/A não possui investimentos relativos a participações societárias.